



Carina Infante do Carmo (1)

O neo-realismo e a história do PCP: três notas de definição

1. Cultura de historicidade: cultura e urgência histórica

Parto de uma citação de Alves Redol, retirada do prefácio da edição de 1965 de *Gaibéus* e intitulada «Breve memória para os que têm menos de 40 anos ou para quantos já esqueceram o que aconteceu em 1939»:

Gaibéus nasceu quando muitos morriam por nós. Não o esqueceramos.

[...] *Gaibéus* germinou nessa época e foi consciência alertada antes de ser romance. Quem o ler, portanto, deve ligá-lo às coordenadas da história de então. Só dessa forma saberá lê-lo na íntegra.

O neo-realismo é um movimento político-cultural-artístico que traz no seu coração uma cultura de historicidade, em resposta à urgência do seu século, desde logo no texto matriz que é *A Cultura Integral do Indivíduo. Problema Central do Nosso Tempo* (1933) de Bento de Jesus Caraça. Reivindica a politização da arte e a democratização da cultura, tendo elas um papel emancipador na consciencialização social e política dos homens e na transformação histórica. Sob a mão pesada da Censura e da repressão política e policial, sem deter o controlo dos *media* audiovisuais, faz da palavra escrita o núcleo da sua contra-ofensiva, sob a forma de livro/imprensa cultural ou com dimensão performativa (conferência, recital).

Amadurece em público, no ensaio, na literatura, nas artes plásticas e gráficas, na música, com o entendimento do artista/intelectual como figura implicada no devir histórico e comprometida do ponto de vista político. Em projectos colectivos e multidisciplinares, é um projecto que traduz uma *experiência em crise*: porque ciente das enormes potencialidades e dos limi-

(1) Universidade do Algarve/ Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

tes dos seus instrumentos conceptuais e da busca de uma arte, queria escutar a turbulência da História, dar face e voz ao trabalho e pôr em causa o capitalismo, na sua lógica depredadora e alienante; e porque vive em estado de contradição e polémica interna, desde os anos 1930, com entendimentos conflitantes de marxismo e arte na relação com o mundo social.

Para entender o neo-realismo há que considerar o diálogo deste com artistas de outras correntes estéticas suas contemporâneas e a sua amplitude trans-nacional: integra os realismos sociais dos anos 1930-50, sob o impacto das artes visuais (muralismo mexicano, neo-realismo italiano, documentarismo britânico, fotografia humanista), das chamadas *literaturas de terreno*, afins da reportagem jornalística ou da pesquisa etnográfica e sociológica. E também do realismo socialista soviético, do romance social norte-americano, da ficção de Jorge Amado, Graciliano, Lins do Rego, crucial para a consciência histórica neo-realista no espaço internacional dos modernismos.

Tem por eixo conceptual a alienação e a privação de humanidade que afectam antes de mais (mas não só) o proletariado. A melhor pintura e literatura neo-realista deram evidência aos invisibilizados, aos trabalhadores, às crianças. São igualmente recorrentes, em Alves Redol, Manuel Fonseca, Fernando Namora ou Carlos de Oliveira, a degenerescência de classes dominantes, a cegueira ou subversão desesperada dos explorados e, obviamente, mas bem menos do que a crítica literária tantas vezes repete, o aprendizado de homens comuns sobre a sua alienação e a necessidade de se juntarem à luta colectiva, em narrativas de fim aberto que levavam o leitor a imaginar um mundo melhor, como na fala final de Amanda Carrusca de *Seara de Vento*.

2. Cultura de participação

Entre as décadas de 1930 e inícios dos anos 1960, mas com repercussão directa e intensa em muitos intelectuais e artistas até à Revolução e para além dela, o neo-realismo contou com adversidades de grande peso: além da repressão política e policial, a fragilidade de estruturas culturais autónomas do Estado, o continuado isolamento social do artista, a generalizada precariedade da vida e o alheamento dos bens-culturais e da escrita pela maioria da população portuguesa.

E, todavia, este movimento furou as barreiras elitistas da cultura. Vulgarizaram a cultura visual graças à gravura, à ilustração de livros, ao cineclubismo. Como nunca antes, se chegou a públicos mais vastos: trabalhadores,

crianças. É hoje reconhecido a importância dos neo-realistas para a nossa literatura para a infância (Sidónio Muralha, Ilse Losa, Alves Redol, Papianiano Carlos) e para a educação pela arte (Arquimedes da Silva Santos). Acrescem, claro, os recitais de poesia e música de Fernando Lopes-Graça, com as suas *Canções Heróicas*, um repertório mobilizador de pessoas comuns, nos mais diversos contextos de convivência e acção, e não exclusivo de artistas profissionais e salas de concertos.

A diferença passa, afinal, por uma *cultura de participação* que mobiliza criadores e público. Testemunhos autobiográficos dos seus protagonistas (correspondência, diários, autobiografias) e registos da memória oral de quem se formou nesse contexto, como camponeses do Couço ou associados da Cooperativa Piedense, iluminam a relevância da dinamização cultural em associações recreativas, bibliotecas, teatro amador, cineclubismo, campismo, sobretudo nos meios urbanos e operários ou de certo proletariado rural.

Não quer isto dizer que o neo-realismo tenha sido uma simplista plataforma de recrutamento político, mas é inequívoco o poder congregador da cultura escrita (a começar pela imprensa clandestina) e das obras neo-realistas e de fundo realista estrangeiro na consciencialização social e no envolvimento político. Não por acaso Eduardo Lourenço viu o neo-realismo como alicerce de um «marxismo afectivo» e o eixo determinante na cultura de resistência à ditadura salazarista. A literatura e arte não mudam por si só a sociedade ou explicam linearmente os processos de formação pessoal e política. Ainda assim, é inegável que elas organizam experiências compartilhadas, modelam os sentidos humanos e modos com que se lê e intervém no mundo.

3. Construção de um sentido de comunidade

Na ausência do exercício livre das ciências sociais e do jornalismo – a arte neo-realista, em particular a literária, recompôs a paisagem e do povoamento portugueses (a paisagem alentejana, ribatejana, duriense, gandraesa, etc.). Assimilam a tradição literária do século XIX e expressões múltiplas das vanguardas novecentistas, o lirismo culto, de Camões a Afonso Duarte, ou no cancionero popular, o imaginário picaresco e lorquiano de malteses e vagabundos. Assumem o fascínio pela cultura popular rústica, no âmbito literário, musical e etnográfico. Foi esse lastro – e também, mesmo se em menor escala, a cidade quotidiana ou o operariado fabril, patentes, é bom notar, em *O Dia Cinzento* (1944), de Mário Dionísio, ou *Esteiros* (1941), de Soeiro Pereira

Gomes –, a raiz legitimadora da sua ideia de nação, em confronto com a aldeia edulcorada e bucólica do salazarismo.

A década de 1940, quando ganha corpo a produção artística dos neo-realistas, é um momento-chave na disputa de símbolos e narrativas da identidade nacional, alterando, para as décadas seguintes até hoje, o entendimento do país. Pode bem o lema do cartaz de Henrique Galvão «Portugal não é um país pequeno» (1936) ter pedido a razão, não obstante a nostalgia lusotropicalista que persiste em muitos discursos sociais. Não desapareceu, em contrapartida, a conformada ideia da natural pobreza do país. A ela respondeu, em 1950, Álvaro Cunhal perante o tribunal fascista, reafirmando que é defendendo os valores da liberdade e da democracia, da justiça e progresso social, da paz e da independência nacional que se constrói o futuro de Portugal.

Claro que é esquemático fazer equivaler o neo-realismo ao PCP, ainda que a intersecção seja óbvia e necessária. É variável a relação com o PCP, não sem tensões e até rupturas: essa relação foi mais orgânica ou mais informal por parte de intelectuais seduzidos pelo marxismo e pela estrutura clandestina do PCP, cuja imagem e acção beneficiam e materializam politicamente uma corrente unitária e cultural na legalidade, logo na sua reorganização de 1940-1942. Soeiro Pereira Gomes ou José Dias Coelho são nomes emblemáticos a esse título.

O neo-realismo coincide e marca a história do PCP, marca-lhe o seu imaginário de país, povo e História, embora não seja sobreponível à história de um partido centenário, relevante até hoje na disputa político-ideológica portuguesa. Há artistas comunistas que não foram neo-realistas, inclusive no período histórico activo do movimento, e vários artistas identificados com a constelação neo-realista não militaram no PCP nem foram, *stricto sensu*, marxistas.

A par da consciência histórica e da cultura de participação, evidencia-se a construção de um sentido de comunidade, num tempo e lugar portugueses, muito para lá da intervenção coesa do neo-realismo e que se cruza com a história do PCP até hoje. É de salientar a valorização das camadas populares na sedimentação de uma consciência nacional revolucionária (patente no romance pós-Abril *Levantado do Chão*, de 1980, de José Saramago), feita pela historiografia marxista de António Borges Coelho, Armando Castro, Augusto da Costa Dias, nos anos 1960, consolidada que foi como parte integrante do movimento neo-realista. Não por acaso, essa é a linha orientadora das celebrações do PCP do IV Centenário de Camões, em 1980, ou, logo a seguir, dos 600 anos da Revolução de 1383-1385.

Em paralelo, assinala-se o papel do neo-realismo na constituição das literaturas africanas de língua portuguesa, acompanhando a erupção cultural anti-colonial e nacionalista que emerge entre a diáspora estudantil africana, no âmbito da Casa dos Estudantes do Império e organizada no MUD Juvenil e com ligações ao PCP. Aí se definem os rumos que levaram à consciência nacional e à luta armada pela independência, quando o PCP reivindicava, com clareza, o nexos entre o objectivo da democratização de Portugal e a autodeterminação dos povos africanos.

Em suma, o neo-realismo encarna o imaginário resistente a uma ditadura inusitadamente duradoura e ideologicamente poderosa, mesmo depois de os seus artistas e intelectuais terem deixado de promover iniciativas conjuntas e alguns prosseguissem os seus percursos de criação e pensamento. Levou os seus destinatários, leitores, espectadores, trabalhadores ou não, a recompor a geografia física e humana da nação portuguesa e a imaginarem um país mais justo, livre e democrático, o que, bem vistas as coisas, não foi realização de somenos importância. O neo-realismo modelou uma ideia de país na contra-hegemonia ao fascismo. É, como tal, fundador da democracia portuguesa, plasmada na Constituição de 1976 – fruto maior do 25 de Abril onde se inscreve uma concepção plena de democracia a que não pode faltar, como sempre sublinha o PCP, a sua dimensão cultural. ◀